

---

# *MORAL E COMUNIDADE EM RONALD DWORKIN*

---

*Ana Luiza da Gama e Souza<sup>1</sup>*

## **1. CONTINUIDADE OU DESCONTINUIDADE ENTRE MORAL E POLÍTICA**

O debate central na filosofia política contemporânea gira em torno da questão da neutralidade do Estado. O Estado deve ser neutro e apostar na autonomia da vontade do indivíduo para buscar a vida que deseja para si, ou deve ser não neutro e promover os valores que julga indispensáveis a uma boa vida? Na hipótese do Estado não neutro, quais valores deve promover? Estes valores devem ter como unidade mínima o indivíduo ou a sociedade? Seriam valores próprios dos homens, independentemente do contexto histórico, social ou cultural no qual se inserem ou, inversamente, devem ser os valores do homem enquanto pertencente a uma comunidade que lhes imprime os seus valores? Seria possível conjugar valores que independem do contexto com aqueles dele dependentes?

Para responder a estas perguntas, a filosofia política tem se

---

<sup>1</sup> Doutoranda em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGF/IFCS, mestre em Direito Professora de Direito Constitucional da UNESA.

dividido entre liberais e comunitaristas e ainda mais recentemente em cosmopolitanistas. Com certeza, nas duas primeiras vertentes de pensamento, encontram-se posições marcadamente radicais, como, do lado dos liberais, a dos libertários<sup>2</sup> e do lado dos comunitaristas, Michael Sandel. Neste trabalho, procurarei focar algumas posições que entendo menos radicais, de modo a deixar margem para que se possa defender um Estado não neutro que promova valores individuais e que também se preocupe com valores do homem enquanto inserido em um contexto globalizado, de forma a garantir a boa vida que cada homem pretende para si mesmo. Neste sentido, não optarei por excluir o agente humano como unidade mínima da moral, mas de inserir este agente dentro de um contexto econômico marcadamente globalizado<sup>3</sup>.

Proponho apresentar, sem pretensão de esgotar o tema, a perspectiva de Ronald Dworkin, no que concerne à sua visão da continuidade entre a ética<sup>4</sup> e política, defendida desde o seu *Foundations of a liberal equality*<sup>5</sup>, em especial sua perspectiva sobre a comunidade e sua relação com os valores.

Início fazendo uma breve comparação das perspectivas de Dworkin e Rawls, para em seguida fazer uma reflexão sobre os

---

<sup>2</sup> Contemporaneamente Robert Nozick com Anarquia, Estado e Utopia (1974). O Libertarismo de Nozick envolve uma demanda por mais respeito à liberdade individual do que admite a justiça distributiva de Rawls.

<sup>3</sup> A expressão aqui denota o sentido de um mercado de empresas multi ou transnacionais – ou conglomerado de empresas - que fabricam e vendem produtos ou oferecem serviços em qualquer parte do planeta, através da implementação de novas tecnologias, fluxos de investimentos e estratégias próprias, buscando alcançar o consumo de seus produtos e de seus serviços em escala mundial. Vide SENARCLENS, Pierre de. *La mondialisation: Théories, enjeux e débats*, Edition Dalloz, Armand Colin, 3<sup>a</sup> édition, Paris, 2002. Este mercado abrangeria o oferecimento de todos os bens e serviços disponíveis aos homens e necessários à sua vida digna, desde os mais básicos, como alimentos, bebidas, moradia energia elétrica, àqueles que se tornaram básicos, como, por exemplo, os computadores - não são acessíveis a qualquer um, independentemente de sua posição na organização social.

<sup>4</sup> Em sua obra “A virtude soberana” (2003), Dworkin diferencia a ética da Moralidade. Nesta obra Dworkin defende que o termo “ética” contém as “convicções sobre quais tipo de vida são boas ou ruins para a pessoa levar, e a moralidade contém princípios sobre como a pessoa deve tratar as outras pessoas. (DWORKIN 2003, p. 291, nota 1)

<sup>5</sup> (DWORKIN 1990)

argumentos de Dworkin em defesa do que chama “tolerância liberal”<sup>6</sup>, questão paradigmática na busca da visão de comunidade que pretende estabelecer e também sobre seu conceito de unidade mínima da moral, na discussão ética e comunidade.

Dworkin defende uma posição igualitarista fundada na igualdade de consideração como sendo o valor que justificaria a ação do Estado, pois argumenta a favor da neutralidade do Estado em não promover uma concepção particular de bem, admitindo, porém, como justificativa para a ação do Estado uma certa concepção compreensiva de bem estar humano.

A posição de Dworkin vem a contrapor-se ao liberalismo político de John Rawls, que propõe uma descontinuidade entre a ética e a política, construindo seu conceito de pessoa - na posição original - como subtraída de todas as concepções particulares de bem. Em Rawls, as justificativas (fundamentos teóricos) liberais para a neutralidade Estatal devem ser neutras e neste sentido não valida nenhuma doutrina compreensiva em particular<sup>7</sup>.

No liberalismo político, a neutralidade é apresentada em seu duplo aspecto: nesta perspectiva os arranjos políticos seriam neutros em sua justificativa e também na ação, não admitindo Rawls<sup>8</sup> que o Estado promova alguma concepção particular de bem. Neste sentido Dworkin argumenta que o liberalismo puramente político desconecta a ética da política, afastando todas as concepções particulares de bem da arena política, o que poderia provocar uma suspensão ou rompimento das visões de bem particulares, em nome de uma concepção pública de justiça, o que Dworkin chama de esquizofrenia moral. (DWORKIN;1990)

---

<sup>6</sup> A tolerância liberal, segundo Dworkin, base da neutralidade e seria a “afirmação de que é errado o governo recorrer a seu poder coercitivo para impor a homogeneidade ética.” (DWORKIN 2003 ,p291)

<sup>7</sup> Somente pelo equilíbrio reflexivo no consenso sobreposto.  
Conferir em RAWLS;2003.

Podemos contra-argumentar, no entanto, que o objetivo de Rawls quando defende a descontinuidade da moral e da política, não é o de afastar todas as concepções particulares de bem de todas as esferas da vida, mas restringi-las ao domínio político<sup>9</sup>, argumento, em certo sentido, se tomado fora da esfera política, validaria o *account* comunitarista defendido por Sandel<sup>10</sup>, já que a concepção de pessoa<sup>11</sup> que defenda - aquela afastada de suas particulares concepções de bem - estaria restrita apenas a arena política, sendo a exclusão aplicável apenas às decisões que afetam matérias constitucionais essenciais da justiça básica. O que Rawls parece negar é que as concepções particulares de bem sejam apropriadas para uma proposta política, pois se assim o fosse, o poder coercitivo do Estado estaria a serviço de uma doutrina compreensiva particular que não seria publicamente justificável (MULHALL;1992).

Em Rawls, uma sociedade possui valor moral quanto seus arranjos políticos podem ser justificados por todos os cidadãos, dada a relevância para sua teoria da justiça da justificabilidade pública. Esta justificação só ocorre a partir de concepções políticas públicas e de valores públicos compartilhados e para tanto lança mão de sua concepção de pessoa como vinculada a uma cultura política pública, porque esta concepção endossa a maneira como se deve conceber a pessoa como cidadão (RAWLS; 1983).

Em contraposição a esta perspectiva rawlsiana, Dworkin vem defender a continuidade entre a ética e a política, construindo uma

---

<sup>9</sup> RAWLS, 1983. p. 31.

<sup>10</sup> Todo *self* tem um fim constitutivo, um objetivo que motiva a sua ação, não sendo concebível um *self* vazio, sem qualquer objetivo ou fim.

<sup>11</sup> A concepção normativa e política de pessoa de Rawls tem como base a maneira como os cidadãos são vistos na cultura política pública de uma sociedade democrática em seus textos básicos (Constituição, Declarações de DDHH) e na tradição histórica de interpretação destes textos (tribunais, direito constitucional e etc.). A concepção normativa de pessoa, de acordo com Rawls, “*begins from our everyday conception of persons as the basic units of thought, deliberation, and responsibility, and [is then] adapted to a political conception of justice and not a comprehensive doctrine... Such a political conception of the person must be thus distinguished from an account of human nature (in natural and empirical sciences, as well as in social theory), precisely because it turns out to be most suitable for the basis of democratic citizenship.*” (RAWLS; 1983, p. 18 n. 20)

ética liberal baseada em um modelo de desafio<sup>12</sup> ao qual nossos interesses críticos<sup>13</sup> são voltados. Esta proposta pareceria menos moralmente esquizofrênica e mais integrada.

## 2. CONCEPÇÃO DE COMUNIDADE EM DWORKIN

Dworkin apresenta os argumentos contra a tolerância liberal, baseados em concepções diversas de comunidades, caracterizadas pela idéia de homogeneidade moral, para defender que “tal tolerância não é só compatível com a mais atraente concepção de comunidade, mas indispensável a ela.” (DWORKIN;2003)

Em defesa de sua mais atraente noção de comunidade, apresenta três argumentos relevantes: 1) o que relaciona a comunidade com a maioria; 2) o que afirma que numa genuína comunidade política cada cidadão tem responsabilidade pelo bem-estar dos outros membros; 3) o que condena a idéia de que os indivíduos são auto-suficientes e salienta a diversidade de maneiras pelas quais as pessoas precisam da comunidade (argumento do interesse próprio); 4) o que defende que o valor ou a bondade da vida de qualquer cidadão é apenas reflexo e função do valor da vida da comunidade na qual ele vive (argumento da integração)<sup>14</sup>.

Sendo liberal a posição defendida por Dworkin, parece ele atribuir prioridade ética à autonomia da vontade, demonstrando sua importância quando relaciona convicção e valor, no que chama

---

<sup>12</sup> O chamado *challenge model of critical ethical value*, que vem se contrapor ao *impact model* da filosofia moderna, (baseado na idéia de que as vidas só melhoram devido a seu impacto sobre o valor objetivos das situações) “consiste na idéia de que a vida boa tem o valor inerente de uma ação habilidosa” diante de uma tarefa desafiante. Quanto mais desafios, mais bondade (*goodness*) terá a vida. (Dworkin 2003, p. 354).

<sup>13</sup> Para Dworkin, os interesses podem ser volitivos ou críticos. Os interesses críticos são aqueles que quando não alcançados levam a vida a ter menos êxito. Os interesses volitivos têm uma dimensão objetiva que os volitivos não têm, mas Dworkin defende que não se poderia diferenciá-los segundo a distinção entre subjetividade e objetividade. (DWORKIN 2003, p. 340)

<sup>14</sup> Este argumento parece ser o de Michael Sandel.

questão de integridade. Para ele, não se pode viver uma vida boa se não pensar que é boa, se não houver um endosso genuíno<sup>15</sup> daquele que enfrenta desafio.

O endosso baseado em nossas convicções atribui ao agente a missão de precisar qual o desafio que a vida lhe coloca e refletir sobre quais as limitações ou parâmetros de enfrentamento as circunstâncias lhe apresentam. A liberdade de escolher os desafios certos que irão levar ao sucesso e assim a uma boa vida.

Contrapondo a este argumento nitidamente liberal de Dworkin, discutirei apenas os dois últimos argumentos, já que são mais relevantes para o objetivo deste trabalho e também por parecerem ser mais fortes na contraposição aos argumentos de Dworkin em favor de uma igualdade liberal, ainda centrada na autonomia da vontade do agente na sua responsabilidade pelas escolhas de uma vida boa.

O argumento do interesse próprio, aquele segundo o qual os indivíduos não são auto-suficientes e precisam da comunidade por diversas razões, tem base nas necessidades que podem ser materiais, intelectuais e objetivas. Opto neste trabalho por reforçar o enfoque nas necessidades materiais. (DWORKIN 2003, p. 303).

O terceiro argumento apresentado parte do pressuposto de que a vida social é essencial às pessoas e que por esta razão as pessoas precisam da comunidade, pois só ela pode suprir as suas necessidades sociais e assim sendo, a tolerância liberal impediria a comunidade de satisfazê-las.

Dentre as versões deste argumento, destaco aquele segundo a qual a comunidade, e só ela, provê os mecanismos que racionalizam a produção e o consumo, sem os quais nenhuma pessoa poderia

---

<sup>15</sup> Dworkin (2003, p. 301) defende que pela teoria constitutiva, os componentes da vida não possuem valor quando não forem endossados. O endosso é elemento constitutivo do valor.

levar uma vida adequada.<sup>16</sup> Segundo ele, não parece que estes benefícios<sup>17</sup> que a comunidade oferece, exijam uma homogeneidade moral. Parece que Dworkin está a defender que não é preciso que estes valores sejam comuns à comunidade (não liberal) para que possam ser realizados de maneira mais eficiente, pois não há evidências de que a comunidade liberal não possa também realizá-los de tal forma<sup>18</sup>.

Enfrentando a posição de Sandel (SANDEL;2005) de que as pessoas precisam da comunidade não só em razão das necessidades, da cultura ou da língua, mas também pela identidade e auto-referência, argumenta Dworkin em favor da autonomia da vontade na reflexão sobre a existência de valores e da influência destes na vida que se quer levar, que embora seja impossível para as pessoas distanciarem-se de todos os vínculos com o contexto em que vivem, podem, no entanto, distanciar-se de algumas questões não fundamentais para refletir sobre seu bem-estar.

O quarto argumento - da integração<sup>19</sup> - apresentado por Dworkin como sendo o mais relevante contra a tese da tolerância liberal, parece ser aquele defendido pela perspectiva comunitarista de que o *self* não é independente da comunidade. Neste approach não há qualquer espaço para autonomia da vontade. Segundo esta abordagem da relação entre *self* e comunidade, “a vida de cada pessoa e de sua comunidade estão integradas”, ou seja, não poderá haver distinção entre o bem-estar pessoal e o da comunidade.

---

<sup>16</sup> Parece que Dworkin referiu-se à vida adequada e não vida boa, para que não haja vinculação entre o oferecimento por parte da comunidade de mecanismos de produção e consumo leve a certeza de uma vida boa. Gostaria de ressaltar que pretendo defender, não nesta oportunidade, que a comunidade pode e deve promover mecanismos que garantam a produção e o consumo como realizadores de uma vida boa.

<sup>17</sup> Para Dworkin, estes mecanismos são instrumentais, ou seja, instrumentos para a realização da vida adequada. Vide nota acima.

<sup>18</sup> Aqui seria o lugar para a igualdade de recursos.

<sup>19</sup> Dworkin faz uma diferenciação entre integração e paternalismo, para que não se confunda este argumento com o segundo argumento que apresenta. Na integração não há a preocupação com o bem estar dos cidadãos (dos outros), no que se diferencia do paternalismo, mas a preocupação é com o próprio bem-estar e em nome deste é que deve “voltar-se para a vida moral da comunidade da qual é membro”. No paternalismo, o cidadão é altruísta, age voltado para o bem-estar da comunidade (DWORKIN 2003, p. 311)

Na integração, a unidade da agência<sup>20</sup> é a comunidade – que é a unidade fundamental - à qual o indivíduo pertence eticamente e seu sucesso ou fracasso é o sucesso ou fracasso da comunidade. Nesta linha de argumento, não existe possibilidade de ação para proteção de outras pessoas, não existe autonomia neste sentido: “a vida dos cidadãos está envolvida pela vida comunitária, e que não pode haver explicação privada do êxito ou fracasso da vida de cada um de seus indivíduos.” (DWORKIN 2003, p. 313)

Dworkin é crítico fervoroso desta posição – comunidade como unidade moral - como deixa transparecer quando afirma o caráter metafísico do argumento que segundo ele atribuiria às comunidades uma natureza de entidades fundamentais no universo e aos seres humanos a de apenas abstrações ou miragens (DWORKIN;2003, p. 315). Ainda assim, busca uma interpretação menos radical do argumento da integração, na tentativa de salvá-lo do fracasso absoluto e que chama de perspectiva prática<sup>21</sup>.

A perspectiva prática seria aquela segundo a qual os indivíduos são componentes da comunidade – unidade moral – mas esta é criada pelas práticas e atitudes sociais e não precedente a elas, transformando-a em uma unidade composta, pois tem interesses próprios que tem sua origem nas práticas e atitudes sociais de seus componentes. Há uma combinação de atos coletivos e de atos particulares que os compõe.

Nesta interpretação define a vida comunitária de forma menos abrangente, só alcançando os atos como coletivos pelas práticas e atitudes que criaram a comunidade como agente coletivo. Neste ponto parece reconhecer os valores da comunidade, desde que estes valores sejam fruto de práticas e atitudes de seus membros - sejam por eles endossados.

---

<sup>20</sup> “Pessoa, grupo ou entidade tratada como autor da ação e responsável por ela” (2003, p. 311)

<sup>21</sup> Diferenciando da perspectiva metafísica acima apresentada.

No que foi até aqui examinado, Dworkin procura demonstrar que qualquer argumento em favor da homogeneidade moral como óbice à tolerância liberal, ou seja, qualquer argumento que defenda a comunidade como unidade mínima da moral, parece ser fadado ao insucesso, já que toda comunidade é formada por indivíduos que a compõe, sendo sempre estes a unidade da agência moral.<sup>22</sup>

### **3. CONCLUSÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE VALORES E COMUNIDADE EM DWORKIN**

Embora defenda a suprema responsabilidade do indivíduo pelas escolhas sobre qual vida é a melhor de ser vivida (boa vida), e que eticamente o que importa é se a vida escolhida pelo indivíduo é boa, parece que Dworkin arrisca admitir a moral coletiva como unidade mínima, quando afirma que nós “intuímos” que a unidade ética mais fundamental é coletiva, e não individual (se minha vida segue bem, disto decorre que para qualquer grupo de que eu seja membro, a nossa vida segue bem). No entanto, afastando uma perspectiva ética transcendente, não vê obstáculos em considerar que a vida certa depende, em parte, da época, da nação e da cultura em que se vive, mas que o êxito da vida depende exclusivamente de quem a escolheu.

A proposta de Dworkin parece ser a de uma concepção diferente da relação entre convicção e moral: o modelo do desafio. Este modelo proposto em contraposição ao que chama modelo do impacto, parte da idéia de que viver uma boa vida requer habilidade e que este constitui o desafio mais importante que enfrentamos como seres humanos e que assim sendo, nossos interesses críticos

---

<sup>22</sup> Sobre esta questão – qual a unidade mínima da moral – Dworkin discorre no capítulo 6 de sua *Virtude Soberana*, tratando este tema como mais um enigma a ser desvendado pela doutrina da igualdade liberal e sua relação com a vida boa.

são vistos como nossas realizações e experiências, as quais nos mostram que enfrentamos bem os desafios da vida.

A defesa do modelo do desafio<sup>23</sup> consiste na idéia de que a vida boa tem o valor inerente de uma ação habilidosa, diante de uma tarefa desafiante. Quanto mais desafios, mais bondade (*goodness*) terá a vida. Neste modelo, todas as ações, realizações e experiências tem valor ético, independentemente do resultado que produzam.

Numa reflexão pontual dos argumentos apresentados, parece que a posição de Dworkin seria um tanto ambígua no que se refere ao modelo ético que apresenta, pois se por um lado afirma que a medida do valor de uma vida boa deve continuar igual em qualquer lugar, no que pretende demonstrar a transcendência e objetividade, por outro lado, considera que seria “irresistível que esta vida boa dependa da cultura e das circunstâncias apropriadas”, apresentando seu modelo como sendo indexado.

Podemos concluir que no modelo do desafio de Dworkin, ação valorosa é a ação habilidosa para enfrentar os desafios das circunstâncias da vida e que estas circunstâncias podem – e devem - variar de acordo com o contexto no qual se encontra inserido o agente. É na liberdade de escolher a maneira de enfrentar estes desafios e de se responsabilizar por estas escolhas que Dworkin reconhece o indivíduo como unidade mínima da moral, mas não deixa de lado os valores trazidos pela comunidade - dados pelas circunstâncias do enfrentamento - desde que resultante das práticas e atitudes do próprio indivíduo.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Vide nota 11.

<sup>24</sup> Em um dos seus mais recentes trabalhos Dworkin (DWORKIN 2002) revisita sua obra “A Virtude Soberana”, parecendo manter sua convicção sobre moral e comunidade, como podemos extrair de algumas de suas citações no texto: “...a more general account of ethics: about why is important that human life be successful and what success in a life means...” (p. 107); “The mutual influence of ethics and distributive equality is particularly important theme of the book. Equality of resources places a special emphasis on people’s responsibility for the choices they make, not because, it supposes, absurdly, that people’s choices are causally independent of their culture, history, and circumstances, or that people have chosen the convictions, ambitions, and tastes that influence their choices...” (p. 107); “What I should want is to achieve not merely a life that

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DWORKIN, Ronald (1983): *Neutrality, Equality, and Liberalism in Liberalism Reconsidered*. Maryland Studies in Public Philosophy. Rowman & Allanheld Publishers. New Jersey. USA.

\_\_\_\_\_ (1990) *Foundations of Liberal Equality* in G. B. Petersen (ed.) *The Tanner Lectures on Human Values*, vol. XI (Salt Lake City: Utah University Press.

\_\_\_\_\_ (2002) *Sovereign Vitue Revisited*. *Ethics* 113(October 2002. University of Chicago. P. 106 a 143.

\_\_\_\_\_ (2003): *A virtude soberana*. Martins Fontes. São Paulo.

MULHALL, S. and SWIFT, A. (1992): *Liberals and Communitarians*. Blackweel Publishers. Oxford.

RAWLS, J (1981): *Uma teoria da justiça*. Editora Universidade de Brasília. Brasília.

\_\_\_\_\_ (1983): *Political Liberalism*. New York. Columbia University Press.

\_\_\_\_\_ (2003): *Justiça como equidade: uma reformulação*. Martins Fontes. São Paulo.

SANDEL, Michael J.(2005) *O liberalismo e os limites da justice*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

---

*I think good or that satisfies my current conception of the good but a life that is genuinely valuable and choice-worthy”(p. 117). No ultimo tópico de discussão – Is the challenge model perfectionist?” – Dworkin afirma que “I do not mean, of course, that every time that a community makes a collective decision that affects the prices of particular goods and activities, and hence how people decide to live ou of the resources assigned to them, it acts contrary to the spirit of ethical liberalism...Citizens’ own decisions do of course reflect the consequences of what the state has done, as they do should reflect the consequences of the tastes, preferences and decisions of people generally.”(p. 145)*